

A REFORMA DA PAC

Recentemente (10 de Julho de 2002), a Comissão Europeia fez uma proposta de reforma da Política Agrícola Comum (PAC). Esta proposta surge no âmbito da revisão a meio do percurso (“Midterm Review”) da reforma da PAC da Agenda 2000, reforma realizada em 1999. À partida a reforma da Agenda 2000 seria para vigorar até 2006. Isto é, uma proposta de reforma da PAC com implicações tão profundas, como a avançada pela Comissão, era inesperada no contexto da “Midterm Review” de 2003. Tudo indica que a necessidade de avançar desde já com esta proposta prende-se a pressões orçamentais com o alargamento a Leste da União Europeia (UE). Pressões que resultariam de generalizar o actual esquema de suporte agrícola aos países que a breve trecho farão parte da UE. Actualmente, o Orçamento anual da UE é cerca de 95 mil milhões de euros, sendo que o Orçamento anual agrícola (FEOGA) absorve 40 mil milhões de euros (42%).

Desde a reforma da Agenda 2000 em 1999, a PAC tem dois pilares. O primeiro pilar da PAC dá suporte a produções nas organizações comuns de mercado (OCM’s), na forma de subsídios aos preços e ajudas directas por ha e cabeça de gado. Produções em massa para o mercado, tipicamente do Centro e Norte da Europa, isto é, leite, carne de bovino e cereais. O primeiro pilar representa cerca de 84% do FEOGA (33,6 mil milhões de euros). O segundo pilar da PAC dá suporte a outras funções a desempenhar pelas agriculturas europeias (multifuncionalidade). Funções de produção de produtos de qualidade, de produtos seguros do ponto de vista da saúde dos consumidores, de produtos tradicionais, de produtos com denominação de origem, etc. Suporte à agricultura biológica, à ocupação do território, às zonas desfavorecidas, à preservação de paisagens, à protecção do ambiente, à saúde pública, à herança cultural, ao bem estar animal, etc.. O segundo pilar representa apenas 16% do FEOGA (6,4 mil milhões de euros). É no segundo pilar que estão, por exemplo, as medidas agroambientais, as indemnizações compensatórias e o programa LEADER+ da actual PAC.

Presentemente, e ao contrário do que alguns julgarão, Portugal, sendo um dos países com menor rendimento per capita da UE e com uma das agriculturas com maiores problemas estruturais (isto é, menos desenvolvidas), é um contribuinte líquido da PAC – paga mais pela PAC do que dela recebe. Os agricultores portugueses recebem em média da PAC cinco vezes menos que os seus congéneres europeus, apesar de auferirem em média um terço do rendimento destes últimos. É por via das transferências

de rendimento da PAC (em particular do seu primeiro pilar, que representa 84% do Orçamento agrícola) que Portugal está na cauda das agriculturas europeias. Sem essas transferências, Portugal estaria em termos agrícolas mais próximo do meio da tabela.

As ajudas directas (por hectare e por cabeça de gado) estão ligadas a estas mesmas produções e foram introduzidas na reforma MacSharry da PAC, de 1992, como ajudas transitórias para compensar os agricultores pelas descidas dos preços agrícolas europeus, no contexto da aproximação dos últimos aos respectivos preços mundiais. A Agenda 2000 reforçou estas ajudas, baseando a sua afectação entre agricultores no suporte histórico. Juntamente com o estabelecimento de quotas nacionais (quantidades máximas garantidas em termos de suporte) e com a introdução do “setaside”, esta foi a maneira encontrada de reduzir os excedentes e de evitar subsídios às exportações, estes últimos com grandes limitações no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC). Note-se que como se dão subsídios para produzir é preciso estabelecer quotas para controlar a produção e dar subsídios à exportação para escoar os excedentes que mesmo assim sejam gerados. Esta maneira de controlar a produção significou, todavia, a manutenção *tout court* das desigualdades históricas de suporte da PAC aos agricultores europeus. Cerca de 20% dos agricultores europeus recebem 80% das ajudas. No caso português, podemos dizer que os agricultores portugueses são forçados a produzir os produtos do Centro e Norte da Europa para poderem auferir de subsídios. Isto significa, economicamente, um sacrifício de riqueza, do ponto de vista da economia europeia e da economia dos ditos agricultores. Porque as nossas produtividades históricas, que estão na base de cálculo das ajudas directas por ha e por cabeça de gado, são muito baixas somos largamente penalizados na conversão de subsídios aos preços em ajudas directas. A juntar a isto, somos também penalizados pelo facto de nos terem sido atribuídas quotas nacionais, nas diversas produções, muito baixas. A actual PAC não serve Portugal nem as suas agriculturas. Não serve a Europa. Serve algumas (muito poucas) agriculturas europeias. O alargamento a leste do actual suporte do primeiro pilar da PAC (dado aos agricultores por razões históricas que, no presente, perderam todo o sentido) é economicamente inconcebível e financeiramente inviável. A manutenção do primeiro pilar da PAC tal como está, excluindo do acesso a estes subsídios os agricultores dos novos países membros da UE do Leste, é inaceitável. A manutenção das desigualdades de suporte da PAC por meras razões históricas é imoral.

Leonardo Costa

Engenheiro Agrónomo doutorado em Economia

Professor da Faculdade de Economia e Gestão, Universidade Católica Portuguesa

Membro da equipa do projecto “BONDScheme” de reforma da PAC

Porto, 24 de Julho de 2002